



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING IMPRESSO

24/01/2019

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1
1.2. DECISÕES.....	2
2. JORNAL EXTRA	
2.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	3
3. JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO	
3.1. PRESIDÊNCIA.....	4
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. AÇÕES TJMA.....	5 - 6
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. PRESIDÊNCIA.....	7
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. AÇÕES TJMA.....	8 - 10
6.2. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	11
6.3. DECISÕES.....	12
6.4. PRESIDÊNCIA.....	13

Aprovado projeto de lei que altera a data da eleição e posse da Mesa Diretora do TJ

Se aprovadas pela Assembleia Legislativa e sancionadas pelo governador Flávio Dino, novas regras serão válidas para a sucessão do presidente da Corte, desembargador José Joaquim Figueiredo

Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão aprovaram ontem, em sessão plenária extraordinária administrativa conduzida pelo presidente da Corte, desembargador Joaquim Figueiredo, o projeto de lei que altera o caput e o parágrafo 3º do artigo 21 da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991, o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão.

A aprovação ocorreu em votação secreta, por maioria dos membros do TJ.

Segundo o novo texto do dispositivo, o pleno do Tribunal de Justiça elegerá o presidente da Corte, o vice-presidente e o corregedor-geral de Justiça na última sessão plenária do mês de dezembro, dos anos ímpares, dentre seus juízes



Se sancionadas, mudanças valem para sucessão do presidente José Joaquim

mais antigos, em número correspondente aos dos cargos de direção, para mandato de dois anos, proibida a reeleição.

Assim, a eleição deste ano, que ocorreria em outubro, fica adiada

em dois meses.

Já a posse da Mesa Diretora eleita - que será realizada em sessão solene do Pleno - ocorrerá na última sexta-feira do mês de abril do ano subsequente ao da eleição,

não mais em dezembro do mesmo ano da eleição.

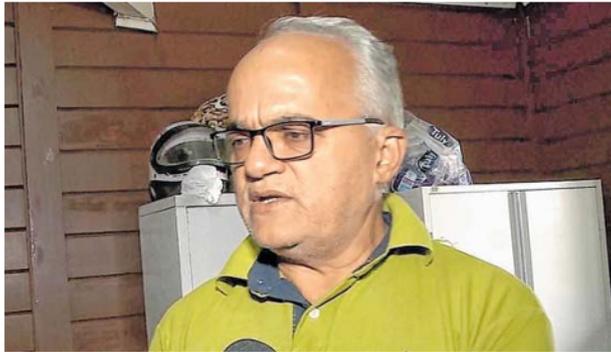
O projeto de lei será agora encaminhado para apreciação da Assembleia Legislativa do Maranhão e, após aprovação pelos parlamentares, será encaminhado para sanção do governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB).

Sucessão

As novas regras, assim que aprovadas pela AL e sancionadas pelo chefe do Executivo, passam a valer já para a sucessão do atual presidente da Corte, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

Além dele, compõem a atual Mesa os desembargadores Lourival Serejo (vice-presidente) e Marcelo Carvalho Silva (corregedor-geral da Justiça). ●

Divulgação



José Rubem Firmo apontado como mandante da morte do prefeito

Davinópolis: Justiça nega habeas corpus ao vice-prefeito

José Rubem Firmo é apontado como mandante do assassinato do prefeito da cidade, Ivanildo Paiva

O Tribunal de Justiça do Maranhão negou o habeas corpus impetrado pela defesa do vice-prefeito de Davinópolis, José Rubem Firmo, o *Rubens Lava Jato*. De acordo com a polícia, ele e os militares Francisco de Assis Bezerra Soares, o *Tita*; Willame Nascimento Silva; e os civis, José Denilson Feitosa Guimarães, o *Boca Rica*; Douglas Silva Barbosa e José Antônio Messias, o *Messias do Pneu Zero*, estão presos acusados pela morte do prefeito de Davinópolis, Ivanildo Paiva. Esse crime ocorreu no dia 10 de novembro do ano passado, na zona rural dessa cidade.

O indeferimento do habeas corpus foi assinado no último dia 22 pelo desembargador José Luiz Almeida. Segundo o magistrado, no dia 9 de janeiro deste ano a prisão temporária de *Rubens Lava Jato* foi convertida em prisão preventiva. Então, os motivos alegados pela defesa não mais subsistem, sendo forçoso reconhecer algum tipo de prejudicialidade.

A defesa do acusado tinha alegado que o vice-prefeito de Davinópolis está preso desde o dia 31 de dezembro do ano passado em cumprimento de mandado de prisão temporária, possui residência fixa e já foram cumpridos os mandados de busca e apreensão, assim como já houve a quebra de sigilos telefônicos.

Inquérito

A polícia entregou no último dia 17, no cartório de distribuição no Fórum Henrique de La Rocque Almeida, em Imperatriz, o inquérito que investigou o assassinato de Ivanildo Paiva. Segundo a polícia, cerca de R\$ 200

mil teria sido o valor cobrado pelos executores desse crime. A motivação seria de cunho político e econômico. Seis pessoas estão presas suspeitas de envolvimento no episódio.

Ainda de acordo com a polícia, Rubem Firmo e José Messias estão sendo acusados como os mandantes desse crime. Enquanto, José Denilson teria contratado por aproximadamente R\$ 200 mil os militares Francisco de Assis e Willame Silva para assassinar o prefeito Ivanildo Paiva. Quanto a Douglas Silva, ele teria emprestado um veículo aos executores.

Ivanildo Paiva foi encontrado morto com perfurações de sete tiros e com os pés e mãos amarrados em uma área de matagal, na zona rural de Davinópolis, no dia 11 de novembro do ano passado. No dia anterior, dois homens foram até a chácara da vítima, nessa localidade, e teriam perguntado ao caseiro, onde encontrariam terras naquela região para comprar. Eles chegaram a pedir informações sobre o prefeito. ●

NA WEB

Polícia prende suspeito de roubo em imóvel no Parque Topázio
oestadoma.com/457730

Assaltante de banco no interior do Piauí é preso na cidade de Timon
oestadoma.com/457732

Conceito social

Por: **Liliane Sá**

lilianejesus@hotmail.com

Renegociação de dívidas

A BRK Ambiental informa que como metodologia participa de campanhas de renegociações em parceria com órgãos de relações de consumo como o Procon e o Centro Judiciário de Solução de Conflitos – CEJUSC. As duas campanhas aconteceram ao longo do ano passado e já tem suas edições confirmadas para esse ano de 2019.

Além disso, a concessionária mantém propostas de renegociação diferenciadas, para o cliente que quiser quitar seus débitos, em uma de suas lojas de atendimento presencial, através do email faleconoscoma@bkambiental.com.br, ou na Van de Atendimento Móvel BRK, que roda os bairros dos dois municípios em que atua, levando às comunidades os serviços da empresa, incluindo a renegociação diferenciada de débitos. O Atendimento móvel encontra-se hoje no bairro Tiago Aroso, em Paço do Lumiar.

mercado

FOLHA DE S.PAULO ***
QUINTA-FEIRA, 24 DE JANEIRO DE 2019 A17

BC quer que banco filtre dado do Coaf e deixe de vigiar parente de político

Mariana Carneiro

BRASÍLIA O Banco Central quer excluir parentes de políticos da lista de monitoramento obrigatório das instituições financeiras. A autarquia propõe ainda derrubar a exigência de que todas as transações bancárias acima de R\$ 10 mil sejam notificadas ao Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras).

As propostas entraram em consulta pública na quinta-feira da semana passada (17). Fazem parte de uma atualização das normas que o BC impõe aos bancos e demais instituições financeiras para combater a lavagem de dinheiro.

Pelas regras em vigor desde 2009, pais, filhos, companheiros e enteados de pessoas consideradas politicamente expostas, entre elas os políticos, são alvo de uma vigilância mais rigorosa dos bancos, como o objetivo de monitorar e coibir eventual lavagem de dinheiro com origem em desvio de recursos do Estado.

São pessoas politicamente expostas (PEP no jargão usado em órgãos de controle) políticos eleitos para o Executivo e Legislativo federais, membros da alta corte do Judiciário, governadores, prefeitos e presidentes de tribunais de Justiça e de contas estaduais.

A proposta de retirada dos parentes da lista de vigilância dos bancos não caiu bem entre membros do Judiciário e da Polícia Federal consultados pela Folha.

"Usar parentes é dinâmica contumaz quando a intenção que subjaz é a ocultação do real beneficiário. E familiares são sim formas de interposto. Tirá-los é uma fragilidade que precisa ser corrigida", afirma Marcos Camargo, presidente da associação dos peritos criminais federais.

O desembargador Fausto de Sanctis, especialista em lavagem de dinheiro, lamentou a exclusão dos parentes. Afirma que a iniciativa, caso prospere, fragilizará os controles. Ele elogiou, porém, a iniciativa do BC em abrir o debate à consulta pública, o que demonstra que o texto da circular poderá ser reformulado.

Sanctis recomenda que outras autoridades sejam inseridas na lista do PEP, como dirigentes de clubes, confederações e federações esportivas, além de líderes religiosos.

"Templos e igrejas há de serem livremente criados, mas seus líderes devem ser monitorados diante dos recursos que normalmente são movimentados em nome da fé. Também os doadores de tais instituições e de instituições filantrópicas deveriam merecer atenção quando obtiverem algum benefício fiscal em tais doações", afirma o desembargador.

Dirigentes de ONGs e grandes produtores rurais também deveriam integrar a lista de vigilância, porque muitas vezes recebem valores por vias não bancárias, avalia.

Pela minuta de nova circular que o BC apresentou, o grupo de pessoas politicamente expostas aumentou, apesar da retirada dos parentes da lista de vigilância. Foram incluídos deputados estaduais, vereadores e presidentes e tesoureiros de partidos políticos.

Segundo Luiza Frinscheisen, subprocuradora-geral da República e coordenadora da Câmara Criminal do Ministério Público Federal, a entrada dessas autoridades no PEP atende investigadores nos estados e municípios, que viam desvantagem no avanço de suas apurações.

O monitoramento facilita o acesso a informações mais detalhadas pelos investigadores e fundamenta pedidos de quebra de sigilo de uma maneira mais objetiva.

Em outra parte do novo regimento, o BC propõe retirar a linha de corte de R\$ 10 mil para comunicações obrigatórias das instituições financeiras ao Coaf.

O Coaf é responsável por coletar informações de instituições financeiras para análise de inteligência que auxiliam no combate a práticas criminosas. Dada a relevância que ganhou com a Lava Jato, ajudando no mapeamento de fluxos financeiros de transações ilícitas, foi transferido do antigo Ministério da Fazenda para o Ministério da Justiça pelo ministro Sergio Moro.

A expectativa é que o Coaf amplie o trabalho de investigação sob o ex-juiz no comando da pasta.

No caso mais recente, o Coaf subsidiou com Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) o Ministério Público do Rio de Janeiro na investigação que envolveu o senador eleito Flávio Bolsonaro (PSL-RJ).

Hoje, transações bancárias acima de R\$ 10 mil, mesmo que fracionadas, geram notificações dos bancos para o Coaf. Com a mudança, só operações em dinheiro acima de R\$ 50 mil terão de ser obrigatoriamente comunicadas.

No restante, caberá aos bancos acusarem operações suspeitas, de acordo com critérios como as partes envolvidas na transação, os valores, as formas como foi realizada, se falta de fundamento econômico ou legal para a operação e outros indícios de lavagem.



O que pode mudar

NOTIFICAÇÃO AO COAF

Como é

Bancos devem informar operações ou serviços prestados cujo valor seja igual ou superior a R\$ 10 mil e que, considerando as partes envolvidas, os valores, os instrumentos utilizados, possam configurar indícios de lavagem de dinheiro

Como pode ficar

Só as operações em dinheiro acima de R\$ 50 mil terão de ser comunicadas; nas restantes, caberá ao banco avaliar o que são casos suspeitos e se devem ser reportados ao Coaf

PARENTES DE PESSOAS POLITICAMENTE EXPOSTAS, COMO POLÍTICOS

Como é

Parentes em linha reta até o 1º grau, cônjuge, companheiro(a), enteado(a) devem ser monitorados

Como pode ficar

Banco avaliará se as movimentações precisam ser reportadas

“Judiciário quer serviços jurisdicionais céleres”, afirma presidente do TJMA

“Nossa agenda estratégica é vasta. Seguiremos na busca contínua por uma gestão profissionalizada e moderna, certos da essencialidade que nos marca em relação à função jurisdicional”, frisou desembargador Joaquim Figueiredo.



CELERIDADE

“Judiciário quer serviços jurisdicionais céleres”, afirma presidente do TJMA

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, afirmou nesta quarta-feira (23) – durante a solenidade de abertura do Ano Judiciário – que, em 2019, o Poder Judiciário continuará primando por serviços jurisdicionais céleres, eficientes e sustentáveis, que garantiram à Corte de Justiça a conquista do ‘Selo Justiça em Números, Categoria Ouro’, concedido pelo Conselho Nacional de Justiça.

“Nossa agenda estratégica é vasta. Seguiremos na busca contínua por uma gestão profissionalizada e moderna, certos da essencialidade que nos marca em relação à função jurisdicional”, frisou desembargador Joaquim Figueiredo.

Ele disse que o ano de 2019 representa um novo

tempo de afirmação, de agendas positivas, de integração e de consolidação de projetos institucionais.

“Melhorias contínuas, qualidade, governança, estratégia e planejamento, gestão do conhecimento, gestão por competência e de pessoas são as diretrizes do Tribunal de Justiça, que lança mão de metodologias de planejamento estratégico, todas elas cimentadas e normatizadas, seguindo a tendência da gestão pública contemporânea”, assinala.

De acordo com o desembargador, o Poder Judiciário tem em vista o desenvolvimento de vários projetos institucionais, incluindo a criação da Vara Agrária; instalação da Vara do Idoso; instalação da Central de Mandados do 2o Grau; e a instituição de uma

nova política para a assistência judiciária gratuita.

Incluem-se, ainda, entre os projetos a elaboração do gerador de custas; a instituição do fundo para recursos provenientes dos leilões judiciais com reversão ao Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento do Judiciário; a campanha para priorização de julgamento dos processos físicos; o Selo Digital e Alvará Eletrônico.

O plano de ação prevê também a instituição da renda e a compensação mínima para as serventias de Registro Público deficitárias e o projeto para alfabetização de jovens e adultos, entre outros.

“Esse é o novo paradigma do Poder Judiciário e a grande vitória que continuaremos testemunhando em 2019, estando sempre próximos

dos cidadãos e da sociedade”, enfatiza o desembargador Joaquim Figueiredo.

A solenidade contou com a presença do presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto; do Defensor Público-Geral do Estado do Maranhão, Alberto Bastos; do conselheiro Edmar Cutrim (representando o presidente do TCE, Raimundo Nonato de Carvalho Lago Júnior); do secretário-chefe da Casa Civil, deputado Marcelo Tavares (representando o Governador Flávio Dino); da procuradora de Justiça, Mariléa Costa (representando o Procurador-Geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho) e do presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão – AMMA, juiz Angelo Santos.



Mandato esticado (1)

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão conseguiu ontem uma vitória e tanto. Por maioria, os desembargadores aprovaram o Projeto de Lei que altera as datas de eleição e posse dos membros da Mesa diretora do Tribunal. A eleição será na última sessão plenária do ano, em dezembro, dos anos ímpares.

Mandato esticado (2)

Enquanto isso, a posse dos eleitos (presidente, vice e corregedor geral) ocorrerá na última sexta-feira do mês de abril do ano subsequente ao da eleição. Significa que a próxima eleição será em dezembro deste ano e a posse no final de abril de 2020. Como José Joaquim foi eleito em outubro de 2017 e assumiu em dezembro de 2018, ganhará mais quatro meses de mandato.

Aprovado projeto que altera a data da eleição e posse da Mesa Diretora do TJ-MA

Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão aprovaram nessa quarta-feira (23) – em sessão plenária extraordinária administrativa conduzida pelo presidente da Corte, desembargador Joaquim Figueiredo – projeto de lei que altera o caput e o parágrafo 3º do artigo 21 da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão).

Pela nova redação da referida lei, por maioria dos seus membros efetivos e por votação secreta, o Plenário do Tribunal de Justiça elegerá o presidente da Corte, o vice-presidente, e o corregedor geral de Justiça, na última sessão plenária do mês de dezembro, dos anos ímpares, dentre seus juízes mais antigos, em número correspondente aos dos cargos de direção, para mandato de dois anos, proibida a reeleição.

A posse dos eleitos – que será realizada em sessão solene do Plenário da Corte – ocorrerá na última sexta-feira do mês de abril do ano subsequente ao da eleição.

O projeto de lei será agora encaminhado para apreciação da Assembleia Legislativa do Maranhão e, após aprovação pelo Parlamento estadual, será encaminhado para sanção do governador do Estado do Maranhão.

TJMA escolhe novos juízes para completar quorum nos julgamentos

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) escolheu, por sorteio, em Sessão Plenária Administrativa Extraordinária nessa quarta-feira (23), sete juízes do Termo Judiciário de São Luís da Comarca da Ilha, que deverão compor quorum no Plenário, Câmaras Reunidas e Isoladas, quando houver impedimento ou suspeição de desembargador. Foram sorteados os magistrados Isabella de Amorim Parga M. Lago (9º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo), Marco Antonio Netto Teixeira (5ª Vara da Fazenda Pública), Mário Prazeres Neto (3º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo), Reinaldo de Jesus Araújo (9ª Vara Criminal), Hélio de Araújo Carvalho Filho (Vara de Interdição, Sucessão, Alvará, Tutela, Curatela e Ausência; Inventários, Partilhas e Arrolamentos), José Edilson Caridade Ribeiro (1º suplente) e Ailton Castro Aires (2º suplente). Haverá, ainda, convocação quando – em razão de licenças para tratamento de saúde ou ausências eventuais – houver possibilidade de não realização de sessão do Plenário por falta de quorum. Quando houver necessidade de quorum, a chamada será feita por ordem do sorteio, que nesse caso inicia com a juíza Isabella de Amorim Parga M. Lago (9º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo).

Miudinhas

- O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto, participou ontem (23) da abertura do Ano Judiciário de 2019.
- A sessão especial aconteceu no Pleno TJMA e foi conduzida pelo desembargador José Joaquim Figueiredo, presidente da Corte judiciária.
- “É muito importante o reinício dos trabalhos do Poder Judiciário, agora com suas sessões ordinárias. É um prazer participar, reforçando essa relação institucional harmônica entre os poderes constituídos, o Legislativo, o Judiciário e o Executivo”, destacou Othelino Neto.

Informe JP

Renegociação de dívidas (I)

A BRK Ambiental informa que como metodologia participa de campanhas de renegociações em parceria com órgãos de relações de consumo como o Procon e o Centro Judiciário de Solução de Conflitos – CEJUSC.

As duas campanhas aconteceram ao longo do ano passado e já têm suas edições confirmadas para esse ano de 2019.

Renegociação de dívidas (II)

Além disso, a concessionária mantém propostas de renegociação diferenciadas, para o cliente que quiser quitar seus débitos, em uma de suas lojas de atendimento presencial, pelo email faleconoscoma@bkambiental.com.br, ou na Van de Atendimento Móvel BRK.

A Van de Atendimento roda os bairros dos dois municípios em que atua, levando às comunidades os serviços da empresa, incluindo a renegociação diferenciada de débitos. O Atendimento móvel encontra-se hoje no bairro Tiago Aroso, em Paço do Lumiar.

Informe JP

Habeas negado

O desembargador José Luiz Oliveira de Almeida, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), negou ontem (23) um habeas corpus impetrado pela defesa do vice-prefeito de Davinópolis, José Rubem Firmo, o 'Rubem Lava Jato' (PCdoB).

Ele está preso desde 31 de dezembro do ano passado, acusado de mandar matar o prefeito da cidade, Ivanildo Paiva (PRB).

“Judiciário quer serviços jurisdicionais céleres”, afirma presidente do TJMA

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, afirmou nessa quarta-feira (23) – durante solenidade de abertura do Ano Judiciário – que, em 2019, o Poder Judiciário continuará primando por serviços jurisdicionais céleres, eficientes e sustentáveis, que garantiram à Corte de Justiça a conquista do ‘Selo Justiça em Números, Categoria Ouro’, concedido pelo Conselho Nacional de Justiça. O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, afirmou nessa quarta-feira (23) – durante solenidade de abertura do Ano Judiciário – que, em 2019, o Poder Judiciário continuará primando por serviços jurisdicionais céleres, eficientes e sustentáveis, que garantiram à Corte de Justiça a conquista do ‘Selo Justiça em Números, Categoria Ouro’, concedido pelo Conselho Nacional de Justiça.